



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 23/04/2026

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou decisões e declarações de integrantes do Poder Judiciário, ao apontar atuação que considerou incompatível com a função institucional. Mencionou entrevista de Ministro do Supremo Tribunal Federal e questionou posicionamentos sobre o Inquérito das Fake News, ao afirmar que o procedimento teria irregularidades em sua origem e condução. Também defendeu maior atuação do Congresso Nacional na fiscalização dos demais Poderes e afirmou que o Legislativo deveria reagir a decisões judiciais.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado criticou declarações de Ministro do Supremo Tribunal Federal e apontou o que classificou como interferência no Congresso Nacional. Mencionou entrevista recente e contestou afirmações relacionadas à atuação de comissão parlamentar, ao defender o papel investigativo do Legislativo. Também manifestou solidariedade a autoridades citadas, como o Senador Alessandro Vieira e o Governador Romeu Zema, diante de críticas públicas. Por fim, afirmou que o Parlamento deveria reagir a posicionamentos do Judiciário e questionou possíveis impactos dessas declarações no cenário político, ao mencionar disputas eleitorais e a atuação de instituições.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada abordou a importância estratégica das chamadas “terras raras” para a soberania nacional e alertou para a venda de áreas com esses minerais a empresas estrangeiras. Informou que apresentou representação a órgãos de controle e um projeto de lei para criar um regime de proteção de minerais estratégicos. Também destacou a complexidade da exploração e refino desses recursos e criticou a ausência de políticas consistentes sobre o tema em diferentes governos, ao defender maior atenção do Congresso Nacional à pauta.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou a atuação da Polícia Federal e afirmou haver interferência política na condução do órgão. Mencionou declarações atribuídas a autoridades do Governo e questionou a suposta utilização da instituição para fins específicos. Também citou episódio envolvendo cooperação internacional e a saída de agente do exterior, ao apontar falta de esclarecimentos sobre o caso. Por fim, declarou preocupação com a autonomia da corporação e defendeu que servidores atuem conforme a legalidade e o interesse público.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado apresentou uma cronologia de fatos relacionados ao Banco Master, ao associar a autorização de funcionamento da instituição à gestão do Banco Central durante o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro e à indicação de Roberto Campos Neto. Afirmou que investigações foram conduzidas na Gestão atual, mencionando Gabriel Galípolo. Também citou relações políticas e financeiras envolvendo Daniel Vorcaro, além de doações eleitorais e conexões com Tarcísio de Freitas e Flávio Bolsonaro. Por fim, mencionou operações envolvendo o BRB e decisões de agentes públicos, defendendo a apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado criticou a demora na tramitação, no Senado Federal, de projeto aprovado pela Câmara que prevê prisão preventiva obrigatória em casos de crimes graves, como estupro e tortura. Citou caso recente de violência contra mulher para sustentar a necessidade de medidas mais rigorosas e afirmou que a proposta busca evitar reincidência criminal. Destacou que o texto foi aprovado na Câmara, mas segue parado no Senado por falta de apoio político. Também mencionou debates sobre progressão de regime em crimes hediondos e apontou divergências com setores da base governista.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada destacou ações do Governo Federal no Distrito Federal, citando a duplicação da BR 070 e a previsão de construção de passarelas para pedestres. Afirmou que houve valorização das forças de segurança com reajustes superiores aos registrados em gestões anteriores e mencionou a importância do fundo constitucional para custear serviços na capital. Também fez referência aos eventos de 8 de janeiro, apontando investigação sobre suas origens e impactos na democracia. Por fim, criticou a atribuição de obras federais ao Governo local e citou apurações envolvendo o Banco Master.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Governo Federal ao abordar denúncias envolvendo o Banco Master, alegando irregularidades e reuniões não registradas com representantes da instituição. Também questionou a veracidade de obras atribuídas ao Governo, citando caso na Paraíba que, segundo ele, gerou repercussão negativa.

**Coronel Assis (PL - MT)** - O Deputado fez críticas à Gestão Federal ao mencionar indicadores relacionados a gastos públicos, carga tributária, uso de cartões corporativos e desempenho de estatais. Citou dados sobre segurança pública, fronteiras e combate a facções criminosas, além de questionar ações do Ministério da Justiça. Mencionou investigações envolvendo o Banco Master e possíveis desdobramentos relacionados ao caso. Por fim, abordou despesas previstas para a realização da COP 30, incluindo contratação de estrutura de hospedagem, e defendeu a necessidade de apuração de responsabilidades em eventuais irregularidades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado defendeu a responsabilização de envolvidos em irregularidades e voltou a citar investigações relacionadas ao Banco Master, apontando conexões políticas que, segundo ele, devem ser apuradas. Abordou o caso do INSS, afirmando que medidas recentes buscaram conter irregularidades e garantir a devolução de valores a aposentados. Também destacou ações do Governo voltadas à economia, como controle da inflação, geração de empregos e políticas tributárias. Por fim, mencionou ainda a atuação internacional do País e afirmou que propostas fiscais incluíram aumento de impostos sobre setores de maior renda, em contraposição a medidas que, segundo ele, afetariam populações de menor renda.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar o Banco Master, ao afirmar que o instrumento permitiria esclarecer responsabilidades e apurar eventuais irregularidades. Criticou disputas políticas entre diferentes grupos e afirmou que acusações devem ser tratadas com investigação formal. Também mencionou suspeitas envolvendo o banco e destacou que apurações devem alcançar possíveis envolvidos, independentemente de vínculo com governos anteriores ou atuais. Por fim, afirmou que a instalação da comissão seria um caminho para dar transparência aos fatos e responsabilizar quem tiver participação comprovada.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado manifestou apoio à criação de comissão de inquérito para investigar o Banco Master e criticou a não instalação de colegiados semelhantes no Congresso. Afirmou que iniciativas anteriores, como a CPMI do INSS, foram interrompidas após decisões do Supremo Tribunal Federal, citando episódios e contratos que, segundo ele, exigiriam apuração. Também mencionou a apresentação de mandado de segurança para viabilizar nova investigação e cobrou apoio de outros partidos para a instalação da comissão. Por fim, apontou divergências com parlamentares da base governista e defendeu que investigações alcancem todos os envolvidos, independentemente de vínculo político.

**Coronel Assis (PL - MT)** - O Deputado criticou discursos sobre a taxação de altas rendas e afirmou que dados econômicos contradizem argumentos apresentados por setores da esquerda. Classificou a abordagem como incoerente e disse que números oficiais evidenciam diferenças significativas em relação ao que é divulgado no debate público. Também fez críticas à condução da política econômica, mencionando o desempenho do Ministério da Fazenda e questionando a consistência de informações apresentadas pelo Governo.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado denunciou que a cronologia dos fatos ligados ao Banco Master indicava envolvimento de aliados do ex-Presidente Bolsonaro. Apontou que o ex-Presidente indicou o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, responsável por autorizar a operação do banco, sem intervenção posterior. Destacou que o Senador Ciro Nogueira apresentou emenda para beneficiar o Banco Master e que o empresário Daniel Vorcaro realizou a maior fraude bancária da história brasileira. Ressaltou também a doação de Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro, às campanhas eleitorais de 2022 do ex-Presidente Bolsonaro e do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Por fim, responsabilizou o Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha pelas operações fraudulentas do Banco de Brasília (BRB) com o Banco Master e afirmou que o Governo Lula determinou investigações sobre as fraudes.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado criticou a carga tributária nacional ao comparar os impostos atuais com a cobrança de cerca de 20% atribuída à Coroa Portuguesa no contexto da morte de Tiradentes. Denunciou que o Governo Lula adotou 37 medidas de aumento de impostos, entre elas a tributação sobre receitas financeiras, gasolina, etanol, petróleo, apostas esportivas, compras de pequeno porte, armas, munições, painéis solares e veículos elétricos. Por fim, defendeu protestos e mobilizações contra a política tributária do Governo Federal.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado alertou para o abandono da rodovia estadual ES-358, que liga a sede de Linhares (ES) à Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas. Informou ter recebido nota do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (Sindipetro/ES) sobre as más condições da estrada, cheia de buracos e com risco à vida da comunidade local, de estudantes e de mais de setecentos trabalhadores. Por fim, solicitou à Prefeitura a recuperação da via.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada condenou a extrema Direita por distorcer os fatos e substituí-los por narrativas. Destacou que o Presidente Lula desbaratou o esquema de corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e devolveu recursos a aposentados e pensionistas. Ademais, criticou Parlamentares por votarem contra o aumento de impostos para apostas esportivas e pela derrubada de medida sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), ao mesmo tempo em que rejeitaram isenção para a cesta básica. Além disso, sustentou que o Governo Lula intensificou investigações contra corrupção e crime organizado, ressaltando as apurações sobre o Banco Master. Apontou ainda o envolvimento de aliados do ex-Presidente Bolsonaro com o Banco Master. Por fim, defendeu o filho do Presidente Lula e lembrou as acusações de rachadinha contra o Senador Flávio Bolsonaro.

## ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada informou que debaterá em momento oportuno o Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro. Ademais, defendeu a adoção de políticas públicas para a geração de emprego e renda em comunidades vulneráveis do Rio de Janeiro (RJ), especialmente nas favelas. Ressaltou ainda a necessidade de criação de mecanismos que permitam a contratação de moradores locais para atuar na coleta e na separação de lixo. Ao final, apontou que a medida contribuiria para a sustentabilidade ambiental, a dinamização da economia local e a redução da vulnerabilidade social.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado ressaltou a importância do Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro. Ademais, defendeu que a proposição também contemplasse política educacional sobre meio ambiente e descarte de lixo, em vez de priorizar apenas a cobrança de multa.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado defendeu a aplicação de multas previstas no Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro. Ademais, sustentou que a prioridade da proposição deveria ser a mudança de atitudes por meio da educação ambiental, conforme preconiza a Encíclica *Laudato si'*, do Papa Francisco. Por fim, ressaltou que essa transformação exige processo educativo contínuo, envolvendo família, escola e sociedade.

**Marcelo Queiroz (PSDB - RJ)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro. Ademais, criticou a política ambiental do Governo Bolsonaro, marcada pela redução de multas ambientais e pela convivência com práticas de degradação ambiental.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro. Ademais, apelou pela reedição de projetos como o Gari Comunitário, para promover capacitação profissional, inserção produtiva e participação de moradores de comunidades vulneráveis na coleta de lixo, especialmente em territórios dominados pela violência do crime organizado e marcados por longas distâncias.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro. Ademais, defendeu a atuação do ex-Ministro do Meio Ambiente, Deputado Ricardo Salles, que buscou coibir o uso indevido de multas como instrumento de chantagem e troca de favores.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 580, de 2022, de sua autoria, que altera a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro. Ademais, agradeceu ao Relator Deputado Marcelo Queiroz e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, por ter pautado a proposição. Além disso, elogiou o exemplo do Município de Acari (RN), conhecido como mais limpo do País, onde uma lei do tempo do Império criou a cultura de os cidadãos limparem as frentes de suas casas. Por fim, destacou que a proposição busca reduzir custos públicos com limpeza urbana, enchentes e alagamentos.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro.

**Ribeiro Neto (SOLIDARIEDADE - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, sobre a melhoria da gestão de resíduos sólidos. Defendeu a necessidade de enfrentar o descarte irregular em áreas urbanas e rurais e apontou falhas na destinação adequada. Ressaltou que a proposta autorizou Municípios a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

aperfeiçoarem seus planos de gestão, enfatizando a responsabilidade do poder público na oferta de infraestrutura. Afirmou ainda que a medida contribuiria para mudança de comportamento e fortalecimento da preservação ambiental. Por fim, indicou que grandes geradores de resíduos muitas vezes não eram responsabilizados, enquanto a população mais pobre arcou com os impactos.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro.

**Marcelo Queiroz (PSDB - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 580, de 2022, que altera a Lei 12.305, de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de dispor sobre penalidade para quem joga lixo em via ou qualquer tipo de logradouro.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado agradeceu ao Plenário pela aprovação unânime de Projeto de Lei nº 580, de 2022, de sua autoria, que estabelece penalidades para quem descarta lixo em vias públicas, incluindo pessoas e empresas. Em seguida, defendeu que a medida contribuiria para uma mudança cultural, e citou exemplos internacionais e experiências como Tóquio, no Japão. Além disso, apontou impactos do descarte irregular, ao mencionar custos elevados na limpeza de rios como o Rio Tietê e o Rio Pinheiros. Argumentou ainda que sanções possuem caráter educativo, fazendo comparações com políticas de segurança e saúde pública. Ao concluir, ressaltou que a proposta buscou responsabilizar infratores e incentivar práticas adequadas.

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada destacou a realização do 8º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília (DF), classificando o evento como espaço de avaliação política e definição de estratégias. Ressaltou que o encontro buscou fortalecer a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ampliar políticas sociais. Afirmou também que o partido enfrentou ameaças autoritárias e reafirmou seu compromisso com a democracia e os direitos sociais. Ademais, destacou ações do Governo Federal entre 2023 e 2026, como geração de empregos, valorização do salário mínimo e fortalecimento de programas sociais. Por fim, declarou que o congresso representou momento de organização e reafirmação de projeto político.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu a ampliação da proposta que permite a permanência de empregados públicos após os 75 anos, ao criticar limitação a áreas específicas e ao rejeitar práticas de etarismo. Além disso, argumentou que a medida deveria alcançar todos os servidores, com garantia de direitos e valorização do serviço público. Também cobrou nomeação de aprovados em concursos e criticou restrições ao cadastro reserva, ressaltando a importância de maior aproveitamento de seleções vigentes. Em seguida, denunciou irregularidades no Banco de Brasília, apontando suspeitas de má gestão e relações indevidas. Por fim, defendeu investigações, responsabilização dos envolvidos e fortalecimento das instituições públicas.

**Ribeiro Neto (SOLIDARIEDADE - MA)** - O Deputado destacou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, sobre o fim da escala 6x1. Em seguida, classificou o tema como relevante para a qualidade de vida dos trabalhadores. Além disso, defendeu equilíbrio entre direitos trabalhistas e atividade produtiva, afirmando que a proposta não buscava prejudicar empreendedores. Também informou continuidade da tramitação da matéria na Comissão Especial e posterior análise em plenário e fez apelo por união entre correntes políticas. Por fim, elogiou a atuação política do ex-Secretário de Assuntos Municipalistas do Maranhão e pré-candidato ao Governo do Estado, Orleans Brandão.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada defendeu a instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar denúncias envolvendo o Banco Master. Criticou a atuação de diferentes grupos políticos, ao afirmar que houve tentativa de acobertamento de irregularidades no caso. Também argumentou que a investigação deveria ocorrer com transparência, sem sigilo, para garantir acesso da população às informações. Ademais, mencionou possíveis impactos sobre aposentados e pensionistas em diversos Estados e sustentou que a apuração deveria atingir todos os envolvidos, independentemente de posição política.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado manifestou preocupação com a atuação da Advocacia-Geral da União ao notificar plataforma digital sobre conteúdos críticos ao Projeto de Lei nº 896, de 2023. Ainda sobre o assunto, afirmou que a crítica a propostas legislativas integra a democracia e não pode ser tratada como ilícito. Argumentou ainda que houve interferência do Poder Executivo no debate público e risco à autonomia do Congresso. Alertou para possibilidade de aplicação seletiva da liberdade de expressão e sustentou que o enfrentamento à desinformação não deve resultar em censura. Concluiu que o debate deve ocorrer com respeito às garantias constitucionais e à participação cidadã.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 61.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 23/04/2026

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada destacou a sanção da Lei nº 15.384, de 2026, originada do Projeto de Lei nº 3.880, de 2024, de sua autoria em conjunto com outras Parlamentares, ao apontar avanço na proteção das mulheres. Explicou que a norma reconheceu a violência vicária como forma de violência doméstica, ao incluir essa prática na Lei Maria da Penha. Detalhou que a medida ampliou mecanismos legais, com alterações no Código Penal e classificação do homicídio vicário como crime hediondo. Também ressaltou que a proposta resultou de construção coletiva no Congresso. Por fim, defendeu que a legislação fortaleceu a proteção integral às mulheres e afirmou compromisso com sua implementação.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado destacou a aprovação da admissibilidade de propostas na Comissão de Constituição e Justiça, relatadas pelo Deputado Paulo Azi, sobre a redução da jornada de trabalho e da revisão da escala 6x1. Explicou que a deliberação não analisou o mérito, mas permitiu a continuidade do debate no Parlamento. Em seguida, defendeu a discussão técnica e equilibrada, ao considerar impactos sobre trabalhadores e setor produtivo. Também ressaltou mudanças nas relações de trabalho e a necessidade de conciliar qualidade de vida e sustentabilidade econômica. Indicou ainda que a Comissão Especial será espaço de escuta ampla. Concluiu afirmando que a decisão favoreceu o diálogo e a construção coletiva.

## ENCERRAMENTO